

## Democracia e Igualitarismo na Filosofia Política Tardia de Richard Rorty: Um Diálogo com o Constitucionalismo

*Democracy and Egalitarianism in Richard Rorty's Late Political Philosophy: A Dialogue with  
Constitutionalism*

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno<sup>1</sup>

Raqueline Castro de Sousa Sampaio<sup>2</sup>

### RESUMO:

O conceito de democracia pode ser analisado sob duas abordagens principais: o constitucionalismo e o igualitarismo. No enfoque do constitucionalismo, a democracia é entendida como um sistema em que o poder é exercido por governantes eleitos, com base em um conjunto de regras e estruturas estabelecidas por uma constituição. A ênfase recai sobre as instituições e os mecanismos formais que regulam o poder, garantindo que as ações dos governantes estejam restritas pelos limites da lei fundamental. O modelo de democracia constitucional valoriza a legalidade e a organização das instituições políticas, assegurando a distribuição equilibrada do poder, de forma que ele seja exercido de maneira previsível e estruturada. Por outro lado, o igualitarismo propõe uma visão da democracia centrada na igualdade de direitos e oportunidades para todos os indivíduos. Nesse modelo, a democracia não se resume a quem detém o poder, mas também envolve a garantia de que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos recursos, oportunidades e que suas necessidades e direitos sejam igualmente atendidos. O igualitarismo coloca em destaque a justiça social e a equidade, buscando construir uma sociedade onde as diferenças de status, riqueza e poder não gerem discriminação ou tratamento desigual. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o conceito de democracia à luz das ideias do filósofo Richard Rorty. Rorty oferece uma perspectiva singular ao destacar a importância da contingência e da flexibilidade dentro de uma sociedade liberal. Ele argumenta que a democracia não é apenas uma questão de estruturas formais ou distribuição de recursos, mas também envolve a capacidade de uma sociedade se adaptar às mudanças e rever continuamente suas práticas e instituições. A escolha do tema se justifica pela relevância das ideias de Rorty para a compreensão contemporânea da democracia. A pesquisa busca realizar uma análise detalhada da obra de Richard Rorty, bem como de outros pensadores que discutem o conceito de democracia, a fim de avaliar como suas concepções podem contribuir para o debate atual. O método empregado envolve uma leitura crítica das obras de Rorty, com ênfase em suas reflexões sobre a relação entre poder, justiça e igualdade. Dessa forma, o estudo pretende explorar como sua visão pragmática pode fornecer novas maneiras de interpretar as dinâmicas democráticas na sociedade contemporânea.

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Letras-Linguística pela Universidade Federal do Piauí. Professora do Instituto Federal do Piauí.  
E-mail: [marlidamasceno@ifpi.edu.br](mailto:marlidamasceno@ifpi.edu.br)

<sup>2</sup>Doutoranda em Ensino-RENOEN pela Universidade Federal de Sergipe. Pedagoga do Instituto Federal do Piauí.  
E-mail: [raquelinecastro@ifpi.edu.br](mailto:raquelinecastro@ifpi.edu.br)

Revista Interdisciplinar

**Palavras-chave:** Democracia; Igualitarismo; Constitucionalismo.

**ABSTRACT:**

The concept of democracy can be analyzed under two main approaches: constitutionalism and egalitarianism. In the constitutionalism approach, democracy is understood as a system in which power is exercised by elected officials, based on a set of rules and structures established by a constitution. The emphasis is on the institutions and formal mechanisms that regulate power, ensuring that the actions of rulers are restricted by the limits of fundamental law. The constitutional democracy model values the legality and organization of political institutions, ensuring the balanced distribution of power, so that it is exercised in a predictable and structured manner. On the other hand, egalitarianism proposes a vision of democracy centered on equal rights and opportunities for all individuals. In this model, democracy is not limited to who holds power, but also involves ensuring that all citizens have equal access to resources, opportunities and that their needs and rights are equally met. Egalitarianism highlights social justice and equity, seeking to build a society where differences in status, wealth and power do not generate discrimination or unequal treatment. In this context, the main objective of this work is to analyze the concept of democracy in light of the ideas of the philosopher Richard Rorty. Rorty offers a unique perspective by highlighting the importance of contingency and flexibility within a liberal society. He argues that democracy is not just a matter of formal structures or distribution of resources, but also involves the ability of a society to adapt to change and continually review its practices and institutions. The choice of theme is justified by the relevance of Rorty's ideas for the contemporary understanding of democracy. The research seeks to carry out a detailed analysis of the work of Richard Rorty, as well as other thinkers who discuss the concept of democracy, in order to evaluate how their conceptions can contribute to the current debate. The method used involves a critical reading of Rorty's works, with an emphasis on his reflections on the relationship between power, justice and equality. In this way, the study aims to explore how its pragmatic vision can provide new ways of interpreting democratic dynamics in contemporary society.

**KEYWORDS:** Democracy; Egalitarianism; Constitutionalism.

**INTRODUÇÃO**

A vida em sociedade é uma premissa de grande relevância para a evolução da humanidade. Contudo, percebe-se, ao longo da história, a ocorrência de diversos conflitos sociais, que levaram a diversas correntes e teorias filosóficas. Diversos pensadores e estudiosos deixaram suas contribuições para nossa sociedade, mesmo assim, novas ideias continuam surgindo ao passo que a visão do mundo diante das relações estabelecidas encontra-se em constante modificação.

**Revista Interdisciplinar**

Com isso, diversas teorias acerca da organização política e social foram criadas a partir do olhar filosófico, como, por exemplo, o de Richard Rorty (1979), que se destacou na segunda metade do século XX como principal força por trás do ressurgimento do pragmatismo americano, tendo notoriedade a sua crítica radical à tradição filosófica ocidental em “Filosofia e o espelho da natureza”.

Dentre tantos filósofos, existe um acordo mínimo sobre como filosofia e democracia compartilharam um determinado espaço de tempo e certas condições políticas e econômicas em sua origem. Dentro do ambiente dos debates públicos sobre a administração da pólis, nas ágoras, a retórica dos sofistas oferecia uma importante ferramenta aos participantes do recém-reformado ambiente político das cidades estado.

A princípio, Rorty chama a atenção para o fato de que cada povo entende o conceito de democracia de uma forma distinta, denominando dois tipos, o primeiro, constitucionalismo, seguido do igualitarismo. Naquele, a democracia é percebida como poder nas mãos de governantes. Neste, em contrapartida, todos são iguais, tendo seus direitos atendidos.

Por conta disso, este estudo objetivou geral analisar o conceito de democracia a partir do olhar filosófico de Richard Rorty. Os objetivos específicos são: analisar a diferença entre democracia do igualitarismo e do constitucionalismo; enumerar características da contingência de uma sociedade liberal.

Faz-se pertinente falar da importância das ideias apresentadas por Rorty acerca da democracia, já que o estudioso aborda em suas publicações pensamentos inovadores, que levam o leitor à reflexão sobre si e a sociedade no que concerne à democracia. Além disso, trata de quem é o ser humano e o que ele ser, a partir da evolução individual e socialmente falando.

Abordar sobre filosofia e política é de grande relevância nos dias atuais, pois a Filosofia contribuiu para preparar caminhos para a instauração de instituições democráticas no Ocidente, inclusive com o pensamento de que questões religiosas deveriam ser deixadas de lado quando o assunto era política, o que quer dizer que as decisões devam ser meramente humanas, providas de um pensamento racional.

O interesse em pesquisar sobre a obra tardia de Richard Rorty surgiu a partir da concepção de política que abrange toda a convivência social, que vai além dos políticos e das lideranças que

**Revista Interdisciplinar**

escolhemos para dirigir nossos grupos sociais. Muitos filósofos dedicaram seus postulados a esse tema, contribuindo significativamente para a melhoria de nosso convívio em sociedade.

A filosofia política tem um importante papel na sociedade. Ela nos faz refletir sobre como podemos conviver em harmonia, respeitando as diferenças e as premissas éticas e morais. A pesquisa parte de um estudo bibliográfico da obra de Richard Rorty, bem como de outros autores que tratam do tema “democracia”, a partir da leitura e releitura do referido filósofo.

**1 DEMOCRACIA: IGUALITARISMO E CONSTITUCIONALISMO NA VISÃO DE RICHARD RORTY**

Richard Rorty é considerado por alguns autores, como Piza (2006), um autoproclamado liberal romântico burguês e liberal pós-moderno, que acreditava na capacidade de reformas gradativas realizarem mudanças na justiça econômica e nas liberdades dos cidadãos, através do alargamento da solidariedade.

Piza (2006) destaca que o filósofo supracitado é cético em relação ao que denomina radicalismo, pois mostrava-se contrário a qualquer tipo de revolução, além de rejeitar o pensamento político que busca revelar obscuras e sistemáticas causas da injustiça e exploração dos homens e que, partindo desta base, propõe mudanças de vasto alcance aos conjuntos de coisas e direitos.

Rorty chegou a mencionar que seria sem sentido, prejudicial ou até ridículo buscar fundamentação ou explicação filosófica para a democracia. Além disso, a discussão relevante para isso teria acabado já faz algum tempo.

O filósofo citado acima propõe que seja feita uma reflexão acerca de pensarmos a filosofia como algo sempre relacionado a fundamentos, à ideia de que nossas práticas sociais, modo de fazer política, aspectos culturais, as linguagens, de que todas são representações de uma realidade permanente, que não muda. Propõe ainda que pensemos em democracia como um processo de construções sociais humanas. Ou seja, em cada sociedade, tal conceito será percebido e entendido a partir de seu modo de vida e enxergar o mundo, que é um conceito mutável.

Rorty, no texto Democracia e Filosofia (2013), faz uma explanação de como a democracia é entendida. Ele toma como ponto de partida o contexto dos Estados Unidos da América. Em sua fala, proferida numa palestra no ano de 2004, o filósofo destaca alguns aspectos, os quais

**Revista Interdisciplinar**

destacaremos nesse capítulo. Também serão estudados alguns teóricos que tratam sobre o tema, como Araújo (2010).

O pensamento político do Ocidente ascendeu através da filosofia, deixando-a de lado em seguida. A filosofia no século XVII desempenhou um papel relevante no estabelecimento de instituições democráticas no Ocidente, através da secularização do pensamento político.

Nesse sentido, Rorty (2013) destaca que questões acerca da vontade de Deus na vida dos humanos foram substituídas para questões sobre como esses poderiam levar uma vida mais feliz, sem necessariamente depender de vontades divinas. Em outras palavras, tal pensamento sugeriu colocar a revelação religiosa de lado, ao menos para propósitos políticos, e agissem como se os seres humanos fossem livres para formar suas próprias leis e suas instituições para atenderem suas desejadas necessidades, livres para fazerem um novo começo.

A democracia liberal, percebida por Rorty, deve sua origem ao individualismo europeu, em que os valores principais começaram a ser esboçados desde o fim da Idade Média e tomaram melhores delineamentos a partir do surgimento do Iluminismo, em que, segundo Araújo (2010), os pensadores dessa época apontavam para uma pálida imagem na qual a liberdade das pessoas fosse determinante da realidade política. Em busca dela, no entanto, a violência revolucionária fundamentou sua prática e muitos pescoços foram arrancados por conta do idealismo político radical, em que se acreditava que a única forma de alcançar o bem comum era eliminando os que lhe opunham em ideias.

Parafraseando Rorty (2013), uma democracia que precisasse eliminar pensamentos diferentes dos vigentes, era nociva para a política. Ao contrário disso, para se viver democraticamente, era necessária a instauração de valores iluministas, ancorada no racionalismo. Com consequência, haveria a pressuposição de uma verdade absoluta do pensamento, a reificação da atitude reflexiva e contemplativa e a assunção do privilégio dessa atitude, tanto na dimensão cognitiva, quanto na dimensão das instituições e práticas, o que ressalta o dualismo aparência/realidade.

Para Rorty, pensar uma única verdade como absoluta acerca da democracia, seria recorrer a uma teoria do si próprio como delimitadora da base da democracia.

No século XVIII, durante o Iluminismo europeu, diferenças entre instituições políticas e movimentos de opinião política refletiam diferentes concepções

filosóficas. Os simpáticos ao antigo regime eram menos susceptíveis de serem ateus materialistas do que aqueles que queriam mudanças sociais revolucionárias. Agora, contudo, quando os valores do Iluminismo foram tomados como óbvios por todo o Ocidente, este não é mais o caso (Rorty, 2013, p. 86).

Atualmente, conforme destaca o filósofo, a política domina o campo de discussões, e a Filosofia apenas a segue. Para ele, primeiro se parte dos temas políticos e caso há interesse, os filosóficos são tratados.

Para Rorty (2013), a palavra “democracia” possui dois significados diferentes. Num primeiro caso, ela é restrita e minimalista, e se refere a um sistema de governo no qual o poder está nas mãos de governantes eleitos livremente, a que ele chama de “constitucionalismo”. Por outro lado, democracia se refere a um ideal social, àquele da igualdade de oportunidade. Nesse segundo sentido, a democracia seria um espaço em que todas as pessoas têm oportunidades iguais. Nesse caso, nenhum ser humano teria problemas ao nascer pobre, já que teria seus direitos assegurados, o que ele denomina de “igualitarismo”.

Como visto acima, a democracia Constitucionalista possui uma visão mais geral, relacionando-se a poder, no caso pessoas escolhidas pelo povo num processo democrático, e este será o responsável por representar a vontade soberana da população. No caso do igualitarismo, seria a possibilidade de todos, independentemente de classe social, raça, opção sexual ou gênero, tenham as mesmas oportunidades de emprego, de estudo, de representação social.

Ainda visão de Rorty (2013), na metade do século XIX, a sociedade escolarizada dos EUA passou a usar o termo “democracia” para significar “igualitarismo social”, ao invés de simplesmente “governo representativo”. Nesse caso, a população optou pelo segundo conceito, tratado acima. Nesse contexto que surgiram os diversos movimentos sociais, de gênero e raça. Luther King foi um dos nomes a ganhar destaque na luta por direitos iguais e raciais para todos.

Nesse entremeio, o filósofo destaca algumas questões religiosas ligadas ao contexto político, o que é necessário para compreendermos o contexto das interpretações constitucionalistas e igualitaristas da democracia. Rorty (2013) destaca que os americanos politicamente de esquerda tendem a ser menos comprometidos e religiosamente atuantes do que as pessoas politicamente de direita.

No caso das pessoas de esquerda, estes evitam vincular suas convicções de fé e suas preferências políticas, o que seria mais interessante, já que haveria a tomada de decisões conscientes

**Revista Interdisciplinar**

e racionais. Eles tratam a religião como um assunto privado e endossam a tradição jeffersoniana da tolerância religiosa. Não só isso: defendem a separação entre Igreja e Estado. O excerto abaixo destaca parte do pensamento filosófico de Rorty, ao tratar desse aspecto:

No tocante à direita política, porém, convicções políticas e religiosas estão frequentemente interligadas. Os eleitores mais entusiasmados de Bush não são apenas consideravelmente mais propensos a frequentar uma igreja do que os eleitores mais entusiasmados de Kerry, mas também são consideravelmente mais propensos a simpatizarem com a insistência de Bush na necessidade de se eleger governantes que levem Deus a sério. Eles geralmente consideram os Estados Unidos da América como uma nação especialmente abençoada pelo Deus cristão. Eles gostam de dizer que seu [país] é “um país cristão” e não percebem que essa frase é ofensiva para seus cidadãos judeus e muçulmanos. Eles tendem a ver o florescimento da América como a única superpotência instituída, e não apenas como um acidente da história, mas como evidência de um beneplácito divino (Rorty, 2013, p. 89).

Se os defensores do igualitarismo e do constitucionalismo fossem instados a justificar suas preferências por um governo constitucional, ambos provavelmente recorreriam à experiência histórica em vez de fundamentar suas argumentações em princípios religiosos ou filosóficos abstratos. Para ambos os lados, a história oferece lições concretas sobre a eficácia e a legitimidade de sistemas de governo que equilibram o poder institucional com a proteção dos direitos e a promoção da igualdade. Os constitucionalistas destacariam exemplos históricos onde a estabilidade e a segurança jurídica proporcionadas por uma constituição sólida evitaram abusos de poder e garantiram a continuidade democrática. Já os igualitaristas ressaltariam a forma como a evolução dos direitos e a busca pela justiça social foram moldadas por lutas históricas que permitiram o avanço da igualdade dentro dos marcos constitucionais.

Ambas as abordagens veem na história um terreno fértil para compreender os acertos e erros de experimentos democráticos, reconhecendo a importância das instituições e das normas como ferramentas para moldar sociedades mais justas e equitativas. Dessa forma, ao invés de basearem seus argumentos em doutrinas religiosas ou filosóficas, eles preferem examinar as lições práticas fornecidas pela história política.

Direita e esquerda, engrossam o discurso de que a democracia é a pior forma imaginável de governo, com exceção de todas as outras que foram experimentadas até agora. Também concordam que uma imprensa, um judiciário e eleições livres são as melhores garantias contra o abuso do poder governamental característico das antigas monarquias da Europa, e dos regimes

**Revista Interdisciplinar**

fascistas e comunistas. Assim, percebe-se que a liberdade seria um pressuposto para haver democracia. Qualquer movimento contrário a isso não teria valor para tais sociedades.

Rorty (2013) aborda que a história do progresso moral, a partir do Iluminismo, ilustra o fato de que o importante acerca da democracia é muito mais uma questão de liberdade de expressão e de imprensa; também destaca acerca da capacidade de cidadãos furiosos de trocar maus governantes eleitos por melhores governos eleitos.

Para o filósofo, um país pode realizar eleições democráticas, mas não avançará moralmente se os grupos marginalizados não tiverem meios para tornar seus sofrimentos conhecidos. A mera existência de eleições não assegura um progresso em termos de justiça social. Uma nação pode se manter como uma democracia constitucional, mesmo que seu governo jamais adote medidas para promover a igualdade de oportunidades. Na prática, isso significa que a liberdade de debate político e de candidatura não garante que a democracia, no sentido igualitário, seja uma consequência natural da democracia formal, baseada em regras constitucionais.

Em outras palavras, o fato de haver um sistema eleitoral democrático não necessariamente resulta em uma sociedade mais igualitária. Para que a democracia igualitária se concretize, é necessário que a sociedade e o governo promovam condições que permitam que todos os indivíduos, especialmente os mais vulneráveis, tenham voz e sejam ouvidos nas questões que afetam suas vidas.

Com base nos estudos de Rorty, Araújo (2010) destaca que o problema de teorias, como as defendidas pelos iluministas, que buscam fundamentar a democracia em uma estabilidade relacionada a alguma essência fixa do 'eu', é que tais teorias se baseiam em uma noção genérica e estática de identidade. Isso contrasta com a natureza da democracia, que é essencialmente heterogênea e dinâmica. Ao tentar justificar a democracia a partir de uma essência imutável, essas teorias deixam de reconhecer a pluralidade e a constante mudança que caracterizam as sociedades democráticas, comprometendo assim sua capacidade de abarcar a diversidade e as transformações sociais. Para Rorty, a democracia não deve ser ancorada em uma visão rígida do indivíduo, mas sim ser entendida como um processo contínuo de diálogo e adaptação. Ademais, tais teorias jamais poderiam englobar os horizontes valorativos discrepantes e contraditórios que a democracia na prática engloba.



**Revista Interdisciplinar**

Para os autores citados, o que caracteriza a prioridade da democracia em relação a teorias desse tipo é a compreensão de que os indivíduos não precisam de essências genéricas ou predicados gerais compartilháveis universalmente para assegurar e justificar a preservação da harmonia geral. Isso porque essa harmonia geral simplesmente dispensa essa justificação, e não há possibilidade de encontrar uma justificativa não circular para tanto (Araújo; Teixeira, 2010).

Na visão de Rorty, a instituição e a cultura da democracia liberal seriam melhor servidas por um vocabulário alternativo de reflexão política e moral, e não por um estruturado ao redor de noções como Verdade, Racionalidade e Obrigação Moral. Primeiro seria preciso afastar apelos a uma autoridade não humana, o que irá “afastar um tanto mais as desculpas para o fanatismo e a intolerância” (Rorty, 1998, p. 83). Depois, tudo se resume a uma questão de eficiência: como melhor trazer a “utopia democrática global” imaginada pelo Iluminismo – nomeadamente, “um planeta no qual todos os membros das espécies estão preocupados com o destino de todos os outros membros” (Rorty, 1998, p. 12).

Em suma, a democracia, enquanto forma de organização social moderna, busca equilibrar a vontade da maioria com o respeito aos direitos das minorias e dos indivíduos. Ela se torna vantajosa e positiva precisamente porque oferece espaço para que vocabulários alternativos, novos ou até subversivos possam ser aceitos. Esses discursos, inicialmente considerados fora dos padrões ou sem sentido, têm a chance de se tornarem ferramentas legítimas e eficazes na luta pela garantia de direitos. Dessa forma, a democracia permite que diferentes perspectivas e formas de expressão contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e plural.

Em outras palavras, para a ampliação de direitos que protejam os fracos da exploração e humilhação dos fortes. A re-descrição do mundo e das pessoas, que os novos vocabulários permitem, levando-nos a falar, pensar e agir diferentemente, não são úteis apenas ao autocrescimento privado, mas também podem colaborar com a imaginação social-democrática (Ghiraldelli Jr, 1998).

Assim, Rorty defende a liberdade como não sendo apenas um valor relativo que seja a justificativa para a construção de uma sociedade liberal. Para ele não há como garantir os fundamentos de uma sociedade liberal, ou seja, o máximo que podemos fazer é levantar argumentos que defendam a mesma. Mas, o que se sabe é que os estados liberais buscam formas

**Revista Interdisciplinar**

de causar menos dor e humilhação causados pelos estados totalitaristas, monarquias e governos autoritários.

O que confere à liberdade um lugar privilegiado em uma sociedade democrática é o fato de ela promover um diálogo constante e aberto. Em vez de impor verdades absolutas, a liberdade permite que diferentes perspectivas, ideias e vozes sejam ouvidas e debatidas. Esse processo de diálogo incessante é fundamental para a democracia, pois possibilita a renovação e o ajuste contínuo das normas e valores sociais, garantindo que a pluralidade e a diversidade de opiniões tenham espaço para florescer e influenciar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. O próximo item abordará melhor essa questão.

**2 RICHARD RORTY E A DEMOCRACIA NA CULTURA LIBERAL**

Para Rorty (1982), redefinir a política democrática exige, inicialmente, substituir a noção de verdade pela de justificação. Para ele, a verdade é algo inalcançável e não pode ser um objetivo prático, ao contrário da justificação, que está ligada ao contexto e às condições em que uma crença é defendida. De acordo com Rorty, em determinado ponto de um debate, pode-se estar razoavelmente certo de que já não há objeções significativas a uma determinada convicção. Dessa forma, a ênfase recai na construção de consenso através da justificação, em vez de buscar uma verdade absoluta. Daí a importância do conhecimento.

Para Rorty, conhecer é o primeiro passo na mudança de qualquer realidade, pois não há experiência de mudança política e social que não tenha que entrelaçar os caminhos, passando pelo aprofundamento da consciência sobre a realidade (Santos; Cardoso, 2016). Somente assim, as indagações poderão ser respondidas.

No entanto, com o passar dos tempos, outras questões irão surgir, trazidas por distintos enfoques ou maneiras de pensar, o que indica o caráter provisório de qualquer justificativa ou resposta para as mais diversas questões. Em outras palavras, não há convergência final, incondicionalidade ou ponto de chegada peremptório para qualquer discussão (Rorty, 1982, p. 105-107).

Tal conclusão coaduna-se perfeitamente com a justificação, mas não com a verdade. Dessa maneira, em uma sociedade com princípios democráticos, essa dinâmica transformadora dos

**Revista Interdisciplinar**

consensos alcançados é tão somente o resultado das disputas e indagações permanentes que são constitutivas da sua própria realidade pluralista.

Sendo assim, mesmo tratando da noção de sociedade Liberal, Rorty sabe que os conceitos a ela ligados, podem mudar de acordo com os pensamentos sociais vigentes.

Rorty, ao tratar da prioridade da política para a filosofia, não se fundamenta apenas na defesa da liberdade como condição de possibilidade para uma atividade filosófica produtiva, mas também a partir da percepção de que o seu antifundacionismo coloca a política em primeiro plano.

Dessa maneira, se o repertório dos modos de descrever a sociedade humana e suas realizações é por definição infinito, todo modelo teórico construído *a priori* será sempre limitado, correndo assim o risco de não levar em conta variáveis novas, imprevistas (Soares, 1994).

Para Rorty, o liberalismo reformista com seu compromisso com a expansão das liberdades democráticas em solidariedades políticas sempre será mais abrangente, pois é uma contingência histórica que não tem, e não necessita, de nenhuma fundação filosófica.

Dessa forma, reconhecer a contingência desses valores e do vocabulário no qual eles são expressos, conservando os compromissos, é a atitude do liberal. Ele tem a capacidade de combinar a consciência da contingência de seu próprio vocabulário avaliativo com um compromisso para reduzir o sofrimento – em particular, com o de combater a crueldade (Piza, 2006).

Conforme Araújo (2010), pode-se dizer que a democracia liberal, como Rorty percebe, deve sua origem ao individualismo europeu, onde os valores principais começaram a ser esboçados desde o fim da Idade Média e tomaram um melhor acabamento com o iluminismo. Nesse contexto, o filósofo entende que a liberdade é o pressuposto primordial para uma política democrática.

A cultura do liberalismo, conforme o pensamento de Rorty, faz parte de uma sociedade que necessita de uma autodescrição melhorada e não de um conjunto de fundamentos endossados em aspectos que se apresentem como um sistema de princípios gerais.

Segundo Azevedo (2007), essa cultura deve esclarecer os homens quanto aos desafios morais e sociais a partir de valores e crenças contextualizadas à presente realidade. Com isso, Rorty constrói sua utopia liberal: “(...) os cidadãos da minha utopia liberal seriam pessoas com um sentido da contingência da sua linguagem de deliberação moral e, por isso, das suas consciências e, portanto, da sua comunidade” (Rorty, 1989, p. 61).

**Revista Interdisciplinar**

Rorty destaca que sua perspectiva da contingência adequa-se a uma organização político liberal, pois é “central para a ideia de sociedade liberal que, com respeito às palavras por oposição aos atos, persuasão por oposição à força, tudo seja aceitável” (Rorty, 1989, p. 51-52). Assim, uma sociedade com os valores citados não seria bem servida de fundamentações e princípios que a determinassem, e por isso, defende a compatibilidade entre sua ideia de re-descrição metafórica e uma cultura liberal.

Desta maneira, Rorty defende que sua perspectiva sobre a contingência é compatível com uma organização política liberal, já que defende o seguinte aspecto em seus ensinamentos:

as sociedades liberais do nosso século produziram cada vez mais pessoas capazes de reconhecer a contingência do vocabulário no qual formulam as suas mais elevadas esperanças – a contingência de suas próprias consciências – e que ainda assim permanecem fiéis a essa consciência (Rorty, 1989, p. 47).

Rorty sugere que, nas sociedades liberais modernas, as pessoas estão cada vez mais cientes de que o vocabulário e os conceitos pelos quais formulam suas esperanças e valores são contingentes, ou seja, dependem do contexto histórico e cultural em que se encontram. Elas reconhecem que suas crenças e ideais não são universais ou eternos, mas sim moldados por circunstâncias específicas e mudanças ao longo do tempo.

Apesar dessa consciência de que suas convicções podem ser influenciadas por fatores externos e não refletem uma verdade absoluta, essas pessoas continuam a se dedicar e a acreditar firmemente em seus valores e princípios. Em vez de ver a contingência como um motivo para abandonar suas crenças, elas a aceitam como parte do processo de formação e revisão de suas ideias. Esse reconhecimento da contingência permite uma abordagem mais flexível e adaptável, onde as pessoas podem ajustar suas convicções sem perder a lealdade a elas.

Para Rorty, o pensamento político liberal do século XVIII estava ligado ao cientificismo das luzes, pois este representava a evolução e inovação cultural do período iluminista. Com isso, o pensamento liberal da época buscava pautar-se em princípios e fundamentos. O Iluminismo, em grande parte, defendia o papel do cientista como análogo ao de um sacerdote, alguém que detinha um poder de entrar em contato com a verdade não humana, através de seu método de estudo, da objetividade e lógica (Azevedo, 2010).

**Revista Interdisciplinar**

No entanto, com o passar do tempo, a Ciência perdeu valor entre as tantas disciplinas existentes, inclusive com algumas de suas teorias sendo refutadas ou abandonadas.

Com isso surge a necessidade de uma re-descrição para a cultura liberal, pois Rorty acredita que um conjunto de princípios gerais hoje em dia não é tão mais útil, e podemos encontrar uma nova descrição melhorada de acordo com as nossas contingências contemporâneas. Para o filósofo, “precisamos de um re-descrição do liberalismo, segundo a qual este seja a esperança de a cultura no seu todo ser ‘poetizada’ e não, como esperança do Iluminismo, de poder ser ‘racionalizada’ ou tornada científica” (Rorty, 1989, p. 53).

Assim, uma organização política liberal faria a substituição da figura do sacerdote, sábio ou cientista, promovida pelo Iluminismo, pela imagem de um herói cultural mais alinhado com o conceito de ‘poeta forte’ de Harold Bloom (Rorty, 1989, p. 53) e o revolucionário utópico. Em uma cultura “poetizada”, a busca por respostas não se basearia na busca pela verdade objetiva ou no consenso racional, mas na exploração de novas e inspiradoras metáforas. Nesse contexto, a ênfase estaria em criar e interpretar novas narrativas e visões que estimulem a imaginação e a reflexão, em vez de se fixar em verdades absolutas ou consensos rígidos.

Dessa forma, a noção defendida por um ironista liberal é de que “tudo que importa para a política liberal é a convicção amplamente partilhada de que (...) devemos chamar de ‘verdadeiro’ ou ‘bom’ a tudo que for resultado de livre discussão –de que, se cuidarmos da liberdade política, a verdade e o bem cuidarão de si próprios” (Rorty, 1989, p. 84).

No contexto da utopia liberal defendida por Rorty, a ideia central é que a sociedade ideal seria composta por cidadãos que compreendem a contingência de suas próprias vidas e linguagens, reconhecendo que essas dimensões são mutáveis e passíveis de constante reinterpretação. Em outras palavras, em vez de buscar verdades absolutas ou fundamentos metafísicos, as pessoas aceitariam que suas crenças e valores são produtos históricos e contextuais, e estariam dispostas a revisá-los à medida que novas perspectivas surgem.

Rorty sugere que, em uma sociedade ideal, os assuntos públicos deveriam ser abordados de duas maneiras principais: primeiro, como equilibrar as necessidades de paz, riqueza e liberdade, reconhecendo que, em determinadas circunstâncias, pode ser necessário sacrificar um desses objetivos em favor dos outros. Por exemplo, garantir a paz pode exigir limitar certas liberdades, ou promover a riqueza pode implicar em concessões em termos de justiça social. Segundo, a sociedade

**Revista Interdisciplinar**

deve garantir oportunidades equitativas para a autocriação, permitindo que os indivíduos desenvolvam e moldem suas próprias vidas de acordo com suas preferências e capacidades, enquanto deixam a decisão final sobre o uso ou rejeição dessas oportunidades nas mãos dos próprios indivíduos.

No entanto, existem críticas significativas ao pensamento de Rorty. A primeira objeção se refere à fragilidade do “cimento social” que ele propõe. Críticos argumentam que sem uma base metafísica sólida, os valores morais e políticos podem se tornar frágeis e instáveis, o que poderia ameaçar a coesão e a continuidade das sociedades liberais. A ausência de uma retórica pública metafísica – que tradicionalmente oferece uma fundação mais firme para os valores e normas sociais – pode resultar em uma falta de coesão e em uma potencial dissolução das estruturas sociais.

A segunda objeção questiona a viabilidade da ideia de um ironista liberal, que considera a crueldade como o ato moralmente mais reprovável. Essa visão pode parecer problemática sem uma concepção metafísica de uma natureza humana comum a todos, que forneceria um suporte mais robusto para julgamentos morais. Sem uma base universal sobre a natureza humana, pode ser difícil justificar por que certas ações, como a crueldade, são consideradas inaceitáveis de forma objetiva e não apenas como um produto contingente de uma determinada cultura ou contexto histórico.

Importante mencionar que Rorty se equivocou ao não perceber que a ameaça mais evidente ao funcionamento da democracia, como Mill e Tocqueville destacaram, não está no excesso de participação, no transbordamento de demandas individuais, mas na falta dessas. Em outras palavras, Rorty exige que, para entrar no domínio do político, o indivíduo deixe em casa a melhor parte de si (Teixeira, 2018).

Conforme visto em suas produções, Rorty tratou cada vez mais acerca das consequências políticas de sua crítica filosófica. Um exemplo, no despertar de *Espelho*, sua visão acerca da noção de democracia é evidente, e era vista a partir do igualitarismo epistemológico radical. Outro exemplo, *A prioridade da democracia sobre a filosofia*, o filósofo destaca que não há nada fora do “corpo de crenças compartilhadas que determine a referência da palavra ‘nós’” a que a filosofia transcendental tenha acesso privilegiado – nada “comum a todos os humanos *qua* humanos” – que se podem apelar para uma justificação não circular de suas crenças morais (Voparil; Lima, 2015).

Na visão de Rorty, não só a instituição, mas também a cultura da democracia liberal seria melhor completada por um vocabulário alternativo de reflexão política e moral, em vez de um

## Revista Interdisciplinar

vocabulário estruturado ao redor de noções como Verdade, Racionalidade e Obrigação Moral. Dessa maneira, por lado iria afastar apelos a uma autoridade não humana, o que iria “afastar um tanto mais as desculpas para o fanatismo e a intolerância” (Rorty, 1998, p. 83) – algo que Rorty mais tarde dá o nome de “pragmatismo como antiautoritarismo”.

Por outra perspectiva, tudo se resume a uma questão de eficiência: como melhor trazer a “utopia democrática global” imaginada pelo Iluminismo – nomeadamente, “um planeta no qual todos os membros das espécies estão preocupados com o destino de todos os outros membros” (Rorty, 1998, p. 12). Dessa maneira, “a questão é não sobre como definir palavras como ‘Verdade’ ou ‘Racionalidade’ ou ‘Conhecimento’ ou ‘Filosofia’, mas sobre qual autoimagem nossa sociedade deveria ter dela própria” (Rorty, 1991, p. 28).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto neste trabalho, o pensamento político de Richard Rorty visa expandir a Tradição liberal anglo-americana ao desvinculá-la das influências metafísicas e filosóficas do Iluminismo. Em vez de se basear em princípios filosóficos ou verdades absolutas, Rorty propõe uma abordagem mais pragmática e flexível para a política e a sociedade.

Em resposta aos objetivos, constatou-se que Rorty adota uma posição anti-metafísica e antirracionalista porque acredita que o pensamento metafísico está associado a regimes totalitários. Ele argumenta que as ideologias totalitárias frequentemente se baseiam em visões metafísicas e absolutas da verdade e da moralidade, o que pode levar à repressão e à intolerância. Assim, Rorty vê o pensamento metafísico como um risco para a liberdade e a pluralidade em uma sociedade democrática.

Além disso, Rorty deseja remover a filosofia do papel de autoridade suprema sobre a verdade e o conhecimento. Para ele, a filosofia não deve ser vista como um tribunal que define o que é verdadeiro ou correto, mas sim como um gênero literário. Isso significa que a filosofia deve ser entendida como uma forma de expressão e reflexão sobre a experiência humana, em vez de uma disciplina que estabelece fundamentos definitivos para a verdade ou os princípios morais. Dessa forma, Rorty promove uma visão mais prática e aberta da política, onde a verdade e os valores são vistos como produtos do diálogo e da negociação, em vez de princípios imutáveis e universais.

**Revista Interdisciplinar**

O pensamento de Rorty desenvolve-se no marco das transformações de Sociedade americana após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, reafirma o problema que John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville enfrentaram por um século antes, e que eles haviam definido como “a tirania das maiorias” e “o despotismo da opinião pública”.

Rorty, ao tratar de democracia, não abordava acerca do poder do Estado exercido sobre os indivíduos, mas sobre o poder de um grupo de indivíduos sobre outro ou o poder de um grupo sobre cada um. Ele preocupava-se em como se pode evitar que indivíduos associados ou agrupados em torno de ideias, crenças ou convicções imponham suas convicções à força sobre os outros.

Como visto, para Richard Rorty, apenas a Tradição liberal e suas instituições conseguiriam derrotar regimes totalitários como o nazismo, e que esse era um modelo de democracia que deveria ser fortalecido, expandido e melhorado, produzindo e encorajando o surgimento de indivíduos mais livres e menos sujeitos aos cânones estabelecidos.

Rorty recebeu muitas críticas por conta de seu pensamento. Uma delas é que o filósofo trata da prioridade da democracia sobre a filosofia. Desta perspectiva, o liberalismo não deriva necessariamente de nada, não depende de qualquer posição filosófica. Pelo contrário, é o ponto de partida. Portanto, o que é afirmado por Rorty, de que a filosofia não é útil para a política, traz diversas controvérsias.

Dessa forma, na democracia, como forma de organização social moderna que procura articular harmoniosamente a vontade da maioria com o respeito aos direitos das minorias e dos indivíduos, é que vinga os vocabulários alternativos, novos, subversivos ou sem sentido, podem vir a ser aceitos e ter a chance de se tornarem instrumentos viáveis para a garantia de direitos e para ampliar os direitos que protejam os fracos da exploração e humilhação dos fortes.

Assim, a re-descrição do mundo e das pessoas, que os novos vocabulários permitem, levando a falar, pensar e agir diferentemente, não são úteis apenas ao auto-crescimento, mas também podem colaborar com a imaginação social-democrática.

Enfim, o pensamento de Richard Rorty pode ser sintetizado na ideia de que a democracia é uma concepção de sociedade que se caracteriza pela busca contínua por liberdade e justiça. Para Rorty, a democracia vai além da simples organização política e institucional; ela representa um compromisso com a criação de um ambiente social no qual todos os indivíduos têm iguais oportunidades para seu desenvolvimento pessoal e realização. Em uma democracia ideal, segundo



**Revista Interdisciplinar**

Rorty, não se trata apenas de garantir a participação equitativa nos processos de governança, mas de estruturar a sociedade de maneira que todos possam acessar e usufruir das condições necessárias para alcançar seu potencial pleno. Este ideal democrático é intrinsecamente ligado à noção de que uma sociedade justa deve assegurar que as barreiras estruturais e sociais que historicamente têm restringido o progresso individual sejam removidas, promovendo assim uma verdadeira igualdade de oportunidades e uma maior liberdade para todos os seus membros.

**REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Tiago Medeiros. Democracia E Literatura No Pragmatismo De Rorty. In: **Revista de Filosofia**, Amargosa, Bahia – Brasil, v.2, n.2, dezembro/2010.

AZEVEDO, Flora Muniz Tucci de. **A concepção de contingência em Richard Rorty**. Tese apresentada à Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro - PUC-Rio. 2007.

GHIRALDELLI JR, Paulo. Rorty, Nietzsche e a democracia. In: **Cadernos Nietzsche** 4, p. 17-25, 1998.

PIZA, Suze. Para realizar a América de Richard Rorty e sua recepção no Brasil. In: **Crítica Marxista**. N 17, 2006.

RORTY, Richard. **Consequências do Pragmatismo**. Lisboa: Piaget, 1982.

RORTY, Richard. **A Filosofia e o espelho da natureza**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

RORTY, Richard. **Objectivity, Relativism and Truth: Philosophical papers**. V. 1. Cambridge (UK): Cambridge University. 1991.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Lisboa: Presença, 1992.

RORTY, Richard. Solidariedade ou objetividade? **Novos Estudos**, 36, 1993. pp. 109-121.

RORTY, Richard. **Pragmatismo y Política**. Barcelona: Paidós, 1998.

RORTY, Richard. **Truth and Progress: Philosophical Papers**, vol. 3. New York: Cambridge University Press, 1998.

RORTY, Richard. Para emancipar a nossa cultura. In J. Crisóstomo de Souza, ed. **Filosofia, racionalidade e democracia: os debates Rorty e Habermas**. São Paulo: Unesp, 2005a.



**Revista Interdisciplinar**

RORTY, Richard.. 2005b. Verdade, universalidade e política democrática. In J. Crisóstomo de Souza, ed. **Filosofia, racionalidade e democracia**: os debates Rorty e Habermas. São Paulo: Unesp.

RORTY, Richard. Resposta a Jürgen Habermas. In J. Crisóstomo de Souza, ed. **Filosofia, racionalidade e democracia**: os debates Rorty e Habermas. São Paulo: Unesp, 2005c.

SANTOS, José Francisco dos; CARDOSO, Mateus Ramos. Sociedade, literatura e contingência. In: Questões Transversais. **Revista de Epistemologias da Comunicação**. Vol. 4, nº 8, julho-dezembro/2016.

SOARES, Luís Eduardo. A centralidade do pragmatismo para as ciências sociais. In: CÍCERO, Antônio e SALOMÃO, Waly (orgs.). **O relativismo enquanto visão de mundo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

